



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

VI.ª REUNIÃO AMPLIADA DO COMITÉ CENTRAL

A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS DE MASSAS

Uma das intervenções do camarada AMILCAR

Tanto as lutas por reivindicações económicas, como as lutas por reivindicações de carácter político precisam de ser metódicamente organizadas. Isto quer dizer que, para organizar essas lutas, são necessárias várias formas de organização da classe operária e das massas trabalhadoras.

A forma superior de organização do proletariado é o Partido. Mas, ao Partido só vem o melhor da classe operária e das restantes massas trabalhadoras, o que quer dizer que só uma mínima parte da classe operária está organizada no Partido.

Para unir e levar ao combate as massas trabalhadoras, é também necessária a existência de formas de organização de tipo inferior, onde possam caber todos os trabalhadores, mesmo os mais atrasados. Embora de carácter oficial e, portanto, controladas pelo governo, essas organizações existem e são elas os Sindicatos Nacionais, as Casas do Povo e dos Pescadores, etc. Cabe aos comunistas, conforme o indica a orientação do nosso Partido, actuar nestas organizações mobilizando os trabalhadores para a acção em defesa dos seus interesses e pelo desmascaramento das direcções destes organismos que sirvam os interesses do patronato e a política anti-operária do governo. Através de formas simples de organização e de luta e que não ofereçam muito perigo à repressão, os trabalhadores, mesmo os mais atrasados, educam-se, unem-se e preparam-se para as grandes acções de tipo superior.

Ao lado e acima das organizações oficiais, e muitas vezes para lutar contra a sua acção, a classe operária e restantes trabalhadores criarem as suas próprias organizações para orientarem a luta no terreno legal. Quero referir-me às Comissões de Unidade que dão boas provas têm dado como organismos orientadores e coordenadores da luta reivindicativa dos trabalhadores no terreno legal, quer junto do patronato, como no sindicato e junto das autoridades. Estas Comissões podem ter carácter permanente ou a sua criação obedecer apenas à necessidade de orientar a luta por esta ou aquela reivindicação.

Naturalmente que as células do Partido não devem esperar que as Comissões de Unidade caiam organizadas do céu aos trabalhadores. Elas devem, sim, fomentar e orientar a sua constituição em toda a parte onde haja trabalhadores. Isto nem sempre tem sido tomado em conta pelos militantes e simpatizantes do Partido. Por todo o país se têm constituído algumas Comissões de Unidade sem qualquer interferência das organizações do Partido. Como não podia deixar de ser, a acção dessas Comissões tem sido quase sempre deficiente pela razão compreensível de lhes ter faltado a orientação e ajuda das organizações do Partido e dos comunistas.

Conclui-se, pois, sem grande dificuldade que é preciso a existência de células do Partido nas empresas e noutros locais de trabalho, para fomentar e orientarem

a criação dessas comissões. A acção das células do Partido e dos comunistas deve ser sempre de maneira que a criação das Comissões de Unidade obedea a um motivo concreto, conhecido e sentido pelos trabalhadores de determinada empresa ou outro local de trabalho, e que a elas sejam chamados aqueles trabalhadores, homens e mulheres, mais prestigiados e combativos, sem se olhar à cor política e credo religioso que perfilhem.

A unidade da classe operária consegue-se, antes de tudo, na luta por uma ou várias reivindicações concretas. Isto pressupõe a necessidade de os comunistas irem para onde estão as massas, seja para a empresa ou para o sindicato, para as Praças de Jornal ou para as Casas do Povo, etc., e aí fomentarem e organizarem a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, assim como orientarem a constituição de Comissões de Unidade para dirigir e coordenar essa luta no terreno legal, e organizarem Comités de greve para dirigirem os trabalhadores em greve, se esse for o caso, quer dizer, para dirigirem a luta no terreno ilegal.

Como o salientou o camarada Gomes no seu Informe a esta VI.ª Reunião Ampliada do Comité Central, a organização é o factor fundamental para o sucesso de quaisquer lutas, por mais simples que sejam. Sem organização, as massas trabalhadoras estão desarmadas ante o inimigo de classe que aproveita o facto para aumentar a exploração que exerce sobre elas.

«Sem organização das massas — indicava Lênine — o proletariado não é nada. Organizado ele é tudo. Organização é unidade de acção, unidade de acção prática.»

Esta importante indicação de Lênine nem sempre tem sido compreendida por nós. Muitas vezes lança-se mão do manifesto e da jarjela como um remédio para curar todos os males, não se tendo em conta, algumas vezes, que não existe organização para os fazer chegar a quem se destinam e, portanto, muito menos para mobilizar e orientar as massas pela realização prática das palavras de ordem nelas contidas. O manifesto tem sido usado algumas vezes como uma fuga ao trabalho organizativo das lutas, ao contacto directo, pessoal, com as massas. Muitas vezes são lançados manifestos que recebem caloroso acolhimento por parte das massas, mas o esforço realizado não resulta porque as organizações do Partido e os comunistas não souberam tirar partido desse acolhimento, porque não se misturaram em seguida com as massas para as ouvir, procurando mobilizá-las e organizá-las para a acção, conforme as indicações contidas nos manifestos.

Se organização é unidade de acção, importa que as organizações tomem todas as medidas para organizarem os trabalhadores com vista a acções concretas por determinada reivindicação económica, política ou pela paz.

Nas últimas importantes lutas dos operários têxteis, dos pescadores e assalariados agrícolas, a quase inexistência de Comissões de Unidade impediu que fosse imposta uma mais justa orientação a essas lutas, assim como obsteu ao seu alargamento. A falta de organização de Comissões de Unidade foi um dos aspectos mais negativos do trabalho das organizações do Partido e um factor impeditivo desses trabalhadores alcançarem resultados melhores no aspecto reivindicativo e de alargamento e fortalecimento a sua unidade.

Por outro lado, também algumas organizações do Partido e militantes mesmo de Direcção, nem sempre têm estado atentos às lutas espontâneas das massas, dando provas dum insensibilidade conflagrada, porque se limitaram a constatar o desencadear dessas lutas, não tomando imediatamente medidas práticas de organização para coírer em auxílio desses trabalhadores, levando-lhes a orientação e direcção do Partido e apoiando para a solidariedade dos outros trabalhadores e das populações. Este aspecto exige larga discussão em todas as organizações do Partido, de forma a avivar-se a sensibilidade, a iniciativa e a audácia dos militantes e organizações.

Tem sido também vulgar militantes e organizações do Partido lançarem reivindicações e elaborarem mesmo cadernos reivindicativos sem primeiro ouvir as massas e conhecerem o que elas querem e, portanto, aquilo por que estão dispostas a lutar. Claro que isto, quer se queira quer não, é uma fuga ao trabalho diário, sem barulho, modesto, e quase sempre demorado junto das massas.

As organizações do Partido e os seus elementos, para aplicarem a justa orientação do Partido, para realizarem um justo trabalho de massas e permanecerem ligados às massas, não podem nem devem elaborar cadernos reivindicativos e lançar palavras de ordem para as massas, sem primeiro, por um persistente trabalho junto delas, conhecerem os seus anseios e disposição de luta. Os cadernos reivindicativos, quando tornados públicos na imprensa do Partido, devem estar já em aplicação prática nas empresas ou noutros locais de trabalho, e expressarem os desejos das massas, desejos conhecidos em consequência de uma larga discussão travada pela maioria dos trabalhadores a que se destinam. Os cadernos reivindicativos ou qualquer reivindicação isolada nunca deve reflectir apenas a vontade e desejo deste ou daquele camarada ou organização que, algumas vezes, estão longe das massas e, portanto, da realidade viva. As reivindicações devem ser sempre o reflexo de larga discussão entre as massas interessadas e serem a expressão fiel dos seus desejos e vontade, pois só assim elas irão ao combate pela sua satisfação. Uma vez isto feito, as organizações do Partido, por in-

termediário dos seus elementos, devem orientar o trabalho das Comissões de Unidade e das massas para uma ou várias frentes de combate ao mesmo tempo, se a situação assim o exigir: junto do patronato, dos sindicatos e das autoridades, se se trata de operários industriais e de empregados; junto dos agricultores, das Casas do Povo e das autoridades, se se trata de operários agrícolas; junto dos armadores, das Casas dos Pescadores e das capitães, se se trata de pescadores; etc.

No trabalho organizativo das lutas de massas, as organizações do Partido devem ter sempre presente a necessidade de se estudarem formas concretas de organização, para as massas enfrentarem a repressão fascista, não de maneira isolada, mas sempre de forma massiva, pois, como a experiência nos indica, só massivamente se pode enfrentar com sucesso a repressão. Entretanto, a camarilha salazarista não interveio apenas por meio da repressão violenta contra os trabalhadores. Ela tem todo o interesse em que as lutas de massas não sejam conhecidas no país e no estrangeiro. A Constituição e leis fascistas não autorizam a greve. A greve é considerada um crime grave. Entretanto, os trabalhadores, orientados pelo Partido Comunista, já há muito que vêm lançando mão da greve para defenderem os seus interesses. Isto não pode agradar à camarilha salazarista, mas ela também não o pode impedir, é mesmo obrigada, por vezes, a entrar em negociações com os trabalhadores, como sucedeu ultimamente, por exemplo, com os pescadores. E, sabendo que o descontentamento e a resistência das massas contra a sua política opressiva, de miséria e de guerra ganha corpo a cada dia que passa, a camarilha salazarista usa, ao mesmo tempo, formas mais sublis para enganar os trabalhadores e impedir as suas lutas.

Quando da greve dos pescadores, em vez da repressão violenta, o governo enviou para Matosinhos um dos principais dirigentes da PIDE que se fez passar por amigo dos pescadores e defensor dos seus interesses, chegando a mandar prender (apenas por umas horas, claro) um armador que ameaçava os pescadores. Em Lisboa e Marinha Grande, conhecidos provocadores recolhem assinaturas para exposições com autorização da PIDE.

Estes aspectos de acção das forças repressivas exigem das organizações do Partido muita vigilância e um sério trabalho de esclarecimento junto das massas, mostrando-lhes com factos concretos e vivos que a camarilha salazarista, de comum acordo com o grande patronato, visa confundir os trabalhadores, enganar-lhes, dividir-lhes e isolá-los do Partido e de outras organizações para mais facilmente os obrigar a aceitar salários de fome e privá-los de todos os direitos, mesmo dos consignados nas suas leis demagógicas.

SOBRE A JUVENTUDE

Segundo o Censo Populacional de 1940, dos 10 aos 14 anos de idade, existiam 41.394 jovens assalariados, 28.209 empregados e 5.347 assoldados ao ano. Dos 15 aos 19 anos existiam 147.624 assalariados, 70.342 empregados e 8.337 assoldados. Dos 20 aos 29 anos existiam 208.793 assalariados, 105.693 empregados e 7.409 assoldados ao ano. Resumindo, dos 10 aos 29 anos 487.811 assalariados (46% em relação ao total dos assalariados); 204.234 empregados (55,5%); e 21.093 assoldados ao ano (66%). Além disso, dos 10 aos 29 anos e trabalhando em actividades consideradas não profissionais, principalmente em trabalhos domésticos, existiam 897.843 jovens, na sua maioria do sexo feminino.

Que significam, pois, estes números? Eles significam que eles representam a esmagadora maioria da juventude portuguesa e que é para os jovens assalariados, para os jovens operários e camponeses que o movimento da juventude deve alisar DECIDIDAMENTE com o peso dos seus esforços. Este esforço organizador e mobilizador deve incidir, no fundamental, para os locais de trabalho desses jovens, isto é, para as fábricas, empresas e barcos, para as herdades e ranchos

de camponeses e af orientá-los na luta pelas suas reivindicações mais imediatas. E quais são essas reivindicações mais imediatas?

Em primeiro lugar, é a luta contra o desemprego que atinge milhares de jovens operários e camponeses. Em segundo lugar, é a luta contra os salários de miséria, a luta pela conquista de melhores salários. Em terceiro lugar, é a luta por um ofício para todos os jovens (em 1940, dos 10 aos 19 anos, existiam 135.120 jovens trabalhando por conta de outros, mas com profissão ignorada, isto é, sem profissão definida). É a luta por uma verdadeira aprendizagem e contra a arbitrária discriminação de categorias, existente para se impor uma maior exploração à mão de obra juvenil (o contrato colectivo dos mineiros de Aljustrel estabeleceu 65 categorias diferentes). Em quarto lugar, é a luta por melhores condições higiénicas e de segurança no trabalho, é a luta pelos direitos sindicais de todos os jovens trabalhadores, por férias pagas, por cantinas, balneários e refeitórios, etc.. E, aliado a todas estas reivindicações e anseios, o problema vital para toda a juventude, a luta pela Paz e contra os fomentadores de guerra.

(Extrato da intervenção do camarada Melo à IV.ª Reunião Ampliada do Comité Central, «Pela Unidade da Juventude Portuguesa na luta pela Paz, pelo Pão, pela Cultura e pela Democracia»).

VI. REUNIÃO AMPLIADA DO COMITE CENTRAL

O SECTARISMO E A LIGAÇÃO COM AS MASSAS

Uma das intervenções do camarada CARLOS

O nosso Partido tem apontado e discutido a importância da ligação com as massas. Hoje, porém, que nos lançamos aberta e intensamente contra o sectarismo existente em todo o trabalho do Partido, podemos ver melhor, podemos lutar melhor e podemos conseguir maiores vitórias no que respeita à ligação do Partido com as massas.

O sectarismo dos comunistas em relação às massas caracteriza-se pela sua presunção, falta de confiança e isolamento.

Isto quer dizer o seguinte:

Os comunistas são sectários em relação às massas quando se julgam superiores aos outros, os outros «*não percebem destas coisas*», «*só querem futebol*», «*têm muito medo*», etc., e, portanto, concluem os sectários, não vale apenas dizer-lhes alguma coisa porque ou não percebem, ou não ligam, ou fogem com receio.

Esta presunção faz com que camaradas nossos, discutindo com os seus companheiros, se coloquem numa posição de «*sabedores*», não admitem que os contrariem e, em vez de os ajudarem pacientemente, zangam-se e afastam-nos. Em alguns lados, os nossos camaradas são os «*políticos*», um grupo fechado e afastado de todos os problemas que as massas «*simples*» sentem e desejam resolver.

Os comunistas são sectários em relação às massas quando não confiam na força das massas.

Com efeito, por vezes, camaradas nossos, esquecendo-se de que vivemos há muito num regime de obscurantismo e terror, queixam-se das massas porque estas, quanto a eles, não dão provas de grande combatividade e revolucionarismo. Tais camaradas, que não fazem para o esclarecimento das massas o que deviam fazer, esperam assim que elas os substituam como vanguarda do nosso povo e dizem: «*os operários da minha fábrica não prestam*» ou «*o povo da minha aldeia está muito atrasado*». Mas quantas vezes exactamente esses «*operários que não prestam*» e esse «*povo muito atrasado*», a quem os nossos camaradas voltam as costas, lhes dão lições, travando lutas aguerridas e mostrando claramente a sua disposição e a sua força.

Os comunistas são sectários em relação às massas quando se isolam dos seus companheiros de trabalho, dos seus vizinhos, dos seus conhecidos.

Um comunista que no seu local de trabalho não conversa, não esclarece, não procura conhecer o que os seus companheiros pensam, não os orienta com toda a paciência para a conquista das suas aspirações, que faz uma vida isolada dos seus companheiros, em que é comunista? Em ler a imprensa do Partido? Em reunir com o controleiro para lhe dar conta dos poucos «*Avantes*» que passou, e do pouco dinheiro que recebeu? De modo nenhum a este camarada poderão chamar um verdadeiro comunista.

Um comunista deve ter a preocupação de ajudar os seus companheiros de trabalho na compreensão da sua situação, das possibilidades de melhorar a sua vida, do caminho feliz que precisamos de construir para o nosso povo.

Um comunista deve, por isso, aproveitar todas as possibilidades para conversar e esclarecer, arranjar tempo para estar junto dos companheiros de trabalho, trabalhar nas organizações profissionais, culturais e desportivas de massas, trabalhar «*lá onde estão as massas*».

Um comunista deve ter confiança nas massas trabalhadoras e, em primeiro lugar, na classe operária, a classe que todos os dias aumenta e revigora e que traz em si o impulso para a modificação da sociedade.

Um comunista deve, por isso, saber escutar as aspirações das massas e a disposição em que se encontram,

aprender com elas as ricas lições que continuamente nos estão dando, sempre com a preocupação de as ajudar e orientar nas suas lutas.

Um comunista deve ser modesto, saber ouvir o que dizem os seus companheiros, aprendendo no que dizem com justeza e esclarecendo com paciência no que não for correcto.

A LIGAÇÃO COM AS MASSAS OPERÁRIAS

No que respeita aos operários industriais, já sabemos que é na empresa que se encontra o nosso melhor posto de combate.

É dever de todo o comunista, em primeiro lugar, conhecer as aspirações dos seus companheiros de trabalho (que são também as suas), para o que necessita, evidentemente, de conversar com eles, de os ouvir.

Em qualquer empresa, sem excepção, os operários têm problemas que desejam resolver. Por isso, em todas as empresas é possível levar os operários para a conquista duma reivindicação.

Ora, precisamente, o papel dos comunistas é o de esclarecer e orientar os seus companheiros para melhorar a sua vida. Por isso, os comunistas devem ajudar os seus companheiros a verem qual a reivindicação mais sentida, pois é essa que deve ser o primeiro objectivo de luta.

Depois, os comunistas devem também ajudar a escolher a forma de luta de acordo com a disposição das massas e o esclarecimento feito pelo Partido, e ajudar a organizar essa luta.

A organização da luta, que dá a esta um carácter muito mais firme e aos que lutam uma experiência muito maior, obriga sempre à criação de um organismo unificador, orientador e dirigente. Tal organismo, a que o Partido chama Comissão de Unidade, deve ter um carácter legal e permanecer sempre estreitamente ligado às massas que representa. Por isso, a sua eleição pelas massas e a sua composição com quaisquer operários combativos é sério e de importância fundamental.

Se os comunistas conhecerem as aspirações dos operários da sua empresa, os esclarecerem continua e pacientemente, os organizarem na luta pelas suas aspirações mais sentidas e se, finalmente, extraírem das lutas as necessárias lições e experiências para as aplicar em futuro, podemos afirmar que estamos ali ligados às massas e podemos estar certos de que estamos fortalecendo o factor decisivo da luta do nosso povo — a unidade da classe operária.

O mal está em que não é assim que muitas vezes procedemos. O sectarismo, que estamos combatendo e precisamos sempre de combater, leva-nos para outros caminhos.

Como vimos, a presunção, a falta de confiança e o isolamento em relação às massas caracterizam ainda muitos camaradas nossos. Esta situação requer um grande auxílio a esses camaradas e não pensemos que basta dizer-lhes que são sectários. A ajuda a dar-lhes tem de descer aos pormenores da sua vida e da sua actualidade, de modo a compreenderem bem o seu dever de comunistas.

Este auxílio só será eficiente, se eliminarmos igualmente o que existe de sectarismo a este respeito nos controleiros, nos funcionários do Partido e na sua própria Direcção.

Este sectarismo revela-se no desconhecimento dos problemas das massas operárias, na fraca discussão desses problemas, numa actuação burocrática ante as lutas da classe operária e na substituição dos sindicatos e outras organizações onde se encontram os operários.

É em virtude desta situação que encontramos muitas vezes uma orientação defeituosa, sectária, em relação às lutas. Impõem-se de cima as reivindicações e as for-

mas de luta. Constituem-se Comissões de Unidade formadas por comunistas, desligadas das massas e, por isso, com carácter pouco legal ou ilegal. Dão-se palavras de ordem que não correspondem ao sentir das massas. Não é esta actuação o fruto do isolamento das massas, da falta de confiança nelas e da presunção?

Importa, por isso, modificar alguma coisa no estilo de trabalho do Partido.

Em primeiro lugar, os controladores (e em particular os funcionários do Partido e os camaradas da própria Direcção) têm de deixar os camaradas de base falar sobre os problemas da empresa em que trabalham, têm de puxar a discussão para esse campo e inteirarem-se, em pormenor, da situação dos operários. Não basta, de acordo com a decisão da Direcção do Partido, colocar o ponto das Lutas no início das reuniões. É necessário que dessa discussão resulte, na verdade, um conhecimento profundo dos problemas das massas operárias. Por isso, é necessário dedicar a este ponto bastante tempo nas reuniões, mas podemos estar certos de que tal tempo nunca será perdido.

Em segundo lugar, é preciso que, quando a situação se encaminha para uma luta mais séria ou quando esta se trava, a actuação do nosso Partido não seja a dos dias normais, com encontros espaçados e ordens de trabalho constantes. É preciso que sejam tomadas medidas especiais para que a ajuda do nosso Partido não falte nesses momentos especiais e para que não deixem de ser extraídas todas as possibilidades dessa disposição ou dessa luta.

Em terceiro lugar, é preciso não diminuir a importância dos Sindicatos como organizações da classe operária e como centros de condução de lutas, lutas simples e legais, mas que possibilitam o esclarecimento e a mobilização das massas menos avançadas. Muito se tem dito já sobre a substituição dos Sindicatos, particularmente quando se dão eleições. Mas a luta sindical não se deve travar simplesmente com o objectivo de eleger direcções honestas. O objectivo fundamental é o de transformar os Sindicatos em pontos de concentração das massas para a discussão dos seus problemas, em centros de união e armas de luta da classe operária.

No que dissemos, referimo-nos especialmente aos operários industriais. Mas pouco de diferente há a dizer em relação aos operários agrícolas, isto é, aos camponeses que nada têm de seu e vendem a força do seu trabalho para viverem. Neste caso, teremos que falar nas herdades, nos ranchos e quase sempre nas localidades. Teremos de levantar bem alto esse importante ponto de concentração onde tantas lutas se têm travado pelo aumento da Jorna e por melhores condições de trabalho que é a Praça de Jorna. Não é demais destacar a importância das Praças de Jorna para a organização das massas e para a ligação do Partido com os operários agrícolas. É essa importância que explica a preocupação dos agrários e das forças repressivas para as eliminar, para afastar das Praças de Jorna os trabalhadores, como sempre têm feito e ainda recentemente em algumas terras onde foi conquistada uma jorna para todo o tempo da ceifa.

Mas temos também de dedicar às Casas do Povo, apesar das suas diferenças em relação aos Sindicatos, uma atenção que não tem sido dada.

A LIGAÇÃO COM O CAMPESTATO

O nosso Partido é o Partido da classe operária, mas os interesses desta, e portanto do nosso Partido, correspondem inteiramente aos interesses das grandes massas do nosso país. Por isso, o Partido é também o Partido do nosso povo.

Se a ligação com a classe operária deve ser a preocupação número um, a ligação com as outras camadas que constituem o nosso povo não pode ser de modo algum descuidada.

De todas essas camadas, vamos só referir-nos a uma — o campesinato.

Os nossos mestres e as experiências vividas pelos Partidos irmãos que hoje têm a direcção de vários Estados ensinam-nos que, sem a aliança da classe operária com os camponeses, não será possível a nossa vitória. Tal ideia precisa de estar no pensamento de

todos nós, mas, antes de tudo, é necessário esclarecer o que se entende por campesinato, afastar de vez a ideia de que entre nós essa aliança está bem visível nos muitos exemplos de heróicas lutas dos camponeses do Alentejo e Ribatejo. Tal ideia filia-se nas nossas deficiências ideológicas, filia-se no nosso sectarismo que nos levava a crer estamos ligados às outras camadas do nosso povo, quando ainda não tínhamos ultrapassado e nos mantínhamos fechados na classe operária.

Como o nosso Partido já afirmou, a classe camponesa que o marxismo-leninismo ensina ser aliada do proletariado é a classe dos semi-proletários, dos pequenos agricultores e, por vezes, dos médios agricultores. Não cabem, portanto, no aliado da classe operária os camponeses assalariados, os operários agrícolas, simplesmente porque eles fazem parte integrante da classe operária.

Por isso, podemos concluir que existe na verdade uma lacuna grave neste importante aspecto da política do nosso Partido — a aliança com os mais de meio milhão de pequenos e médios agricultores.

Ora esta lacuna existe, não porque não haja condições para essa aliança, de modo algum, mas somente porque o nosso Partido tem tido uma posição sectária em relação ao aliado natural da classe operária.

Que há condições para essa aliança mostra-nos aquilo a que estamos assistindo — mas não devíamos só assistir — a luta crescente dos pequenos e médios agricultores contra a ruína dos preços dos produtos agrícolas e alta dos preços dos produtos de que necessitam, as lutas dos pequenos e médios rendeiros contra as manobras dos grandes agrários que os querem expulsar das terras que o seu suor tornou produtivas, o descontentamento crescente dos pequenos e médios rendeiros, parceiros, seareiros, etc., em relação à ruína a que são conduzidos pela exploração do seu trabalho.

Além de todos estes problemas, que necessitamos de conhecer em pormenor, o nosso Partido levantou já, mas necessita de esclarecer mais e de espalhar mais, uma reivindicação fundamental que une o proletariado agrícola com todos os pequenos e médios camponeses — a REFORMA AGRÁRIA.

Tem de ser na base destas justas reivindicações das massas camponesas que o nosso Partido, ajudando-as a organizarem-se e a lutarem, estreitará os seus laços com elas.

Temos de dar a este respeito passos muito largos, porquanto estamos muito atrasados. Podemos dizer que para a maioria dos pequenos e médios agricultores não está clara a política do nosso Partido, não conhecem a Reforma Agrária definida e defendida pelo nosso Partido. Influenciadas pelas calúnias fascistas, há muitas e grandes incompreensões nestas camadas. Por outro lado, os nossos camaradas, e em especial os operários agrícolas comunistas, pouco ou nada têm feito para eliminar estas incompreensões.

A aproximação das nossas organizações em relação aos pequenos e médios agricultores, o seu esclarecimento sobre os objectivos do Partido, o estudo dos seus problemas, a ajuda à organização e orientação das suas lutas e o levantar bem alto a justa reivindicação de uma ampla Reforma Agrária, conforme o nosso Partido defende, são, quanto a nós, as medidas imediatas a serem tomadas para vencermos o sectarismo do Partido em relação às massas camponesas e o caminho para as ganharmos para aliados da classe operária.

Procurámos chamar a atenção para alguns aspectos práticos do sectarismo no que respecta à ligação com a classe operária e com o campesinato.

Para compreendermos bem as raízes do sectarismo e, desse modo, eliminá-lo mais rapidamente, é necessário, porém, que todo o Partido estude mais, eleve o seu nível ideológico e político. É necessário assimilar cada vez melhor o papel de vanguarda do nosso Partido na luta de todo o nosso povo, mas, para isso, como nos ensinou o camarada Dimitrov, mais do que proclamar o papel dirigente dos comunistas, precisamos de «merecer, ganhar, conquistar a confiança das massas trabalhadoras com um trabalho quotidiano de massas e uma política acertada».

POR UM MOVIMENTO SINDICAL DE MASSAS

por JOÃO

A Unidade de todos os patriotas e defensores da Paz é indispensável para a derrota do salazarismo. Entretanto, não poderá falar-se em Unidade da nação portuguesa contra o fascismo, sem a existência duma sólida unidade da classe operária e de todos os trabalhadores na luta pelo Pão, pela Paz, pela Democracia e a Independência Nacional. Por outro lado, não haverá Unidade dos trabalhadores portugueses sem a existência dum forte movimento sindical de massas.

Quando o Partido é levado a debruçar-se seriamente sobre as actuais debilidades do movimento nacional anti-fascista e a fraca movimentação da classe operária, as deficiências do nosso trabalho sindical e a fraca actividade de massas no seio dos Sindicatos destacam-se como debilidades de primeiro plano na acção do Partido.

Nós podemos, com segurança, afirmar que é no trabalho sindical do Partido que o sectarismo causou maiores prejuízos à unidade dos trabalhadores portugueses na luta pelas suas reivindicações políticas, económicas e culturais imediatas.

O sectarismo impede actualmente o Partido de colher todos os frutos duma experiência rica e positiva dada por numerosas lutas e acções sindicais desde a reorganização de 1941 e diminui-lhe as possibilidades de transformar em acção vive os ensinamentos dos nossos mestres.

«O Partido deve estar, onde estão as massas ensinou-nos Lênine e esta deve ser a direcção constante do labor diário dos militantes e organizações do nosso Partido».

A IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS NA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

A importância dos Sindicatos Nacionais reside no facto de enquadrarem em organismos de classe, voluntariamente ou obrigados pelo governo fascista, vastíssimos sectores das massas trabalhadoras do país, e em poderem-se atrair e uma actividade organizada as camadas mais amplas dos trabalhadores, sem as quais não será possível derrotar o salazarismo.

Em 1953, só nos 309 sindicatos em actividade no continente e ilhas, estavam filiados 546.050 trabalhadores dos quais 130.113 eram mulheres.

Só nos distritos de maior concentração industrial do país, Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal, Coimbra e Faro, estavam agrupados nos sindicatos 470.699 trabalhadores sindicalizados, devendo destacar-se o distrito de Lisboa com 190.440, ou seja, mais de um terço de todos os trabalhadores sindicalizados, e o do Porto com 144.048, dos quais 46.050 eram mulheres, o que representa mais de um terço de todas as mulheres trabalhadoras filiadas nos sindicatos.

Se das regiões passermos à indústrias e ramos de indústria encontraremos aí algumas impressionantes organizações sindicais de importância decisiva para a unidade e a luta das classes trabalhadoras do país.

Só nos 12 sindicatos da indústria têxtil, de filação e tecelagem, estavam agrupados, em 1953, 81.784 trabalhadores dos quais 49.218 eram mulheres, ou seja, quase metade do total das trabalhadoras sindicalizadas. Além dos têxteis, os operários da construção civil, com 23 sindicatos e 51.071 filiados, os metalúrgicos, com 14 sindicatos e 32.379 filiados, os conserveiros, com 4 sindicatos e 23.560 filiados, os ferroviários com 7 e 21.824, respectivamente, os motoristas, com 19 e 20.273, os corticeiros com 6 e 12.388 e, finalmente, os empregados de comércio, bancários e de seguros com 42 sindicatos e 72.710 filiados, são fortes organismos de massas que englobam os mais vastos sectores das classes laboriosas do nosso país.

Estes números reveladores indicam-nos a direcção principal em que é preciso orientar a actividade dos militantes e organizações do Partido no terreno sindical e, ao mesmo tempo, o esforço que é preciso realizar para atrair aos sindicatos uma vasta massa de trabalhadores ainda não organizados.

Assim, por exemplo, só na indústria mineira, de

31.944 trabalhadores assalariados apenas 7.128 estavam filiados nos sindicatos; nos corticeiros, de 17.936 apenas o estavam 12.388; dos 6.870 vidreiros do país apenas 2.153 estavam sindicalizados, etc., etc.

Os militantes do Partido têm de compreender o ter em conta no seu trabalho diário junto das massas trabalhadoras a importância dos Sindicatos Nacionais na Unidade da classe operária, têm de saber vencer a indiferença e a desconfiança dos trabalhadores em relação ao sindicato e à luta sindical, têm de encontrar as formas mais largas e acessíveis para mobilizar os sectores mais atrasados da classe operária, através dos Sindicatos e, finalmente, têm de ajudar os trabalhadores a enfrentar e deltar por terra as enganadoras manobras do fascismo e dos seus rafeiros sindicais, que se esforçam por roubar aos sindicatos a sua feição de classe e amarrar os trabalhadores aos interesses do grande capital.

O «COLETE DE FORÇAS» DO CORPORATIVISMO FASCISTA NOS SINDICATOS NACIONAIS

O fascismo esforça-se por impedir, por todos os meios, a utilização dos sindicatos em defesa das reivindicações dos trabalhadores e que dirigentes sindicais honestos sejam colocados à frente dos sindicatos.

Para isso, o fascismo conta com o seu aparelho de bufos e provocadores policiais, com as intimidações da PIDE, com a acção dos seus rafeiros instalados à frente da maioria dos sindicatos, com um conjunto de leis anti-democráticas e, sobretudo, com a indiferença dos trabalhadores.

O governo fascista e o patronato mais reaccionário utilizam todos os meios, desde o suborno à destituição e à prisão, para travar a acção das direcções sindicais honestas em defesa dos interesses da sua classe, colocando, muitas vezes, em seu lugar Comissões Administrativas. Para manter na obediência os dirigentes dos sindicatos, o fascismo destaca para junto das direcções os chamados «*assistentes sociais*» e impõe funcionários sindicais da sua confiança, muitos dos quais são verdadeiros policiais que fiscalizam os actos das direcções, controlam, o muitas vezes dirigem abertamente, toda a vida do sindicato.

Para estes laços do fascismo vai a parte mais considerável das receitas dos sindicatos. Só em 1953, duma receita total de 38.247 contos, 16.329 ou seja, mais de um conto por semana e por sindicato, foram absorvidos por este aparelho parasitário e policial do fascismo alojado na organização sindical.

Se acrescentarmos a tudo isto a experiência adquirida pelo salazarismo na luta contra a actividade organizada dos trabalhadores no terreno sindical, ficaremos com uma noção mais exacta das dificuldades e das condições criadas pelo «*colete de forças*» do corporativismo fascista à acção dos trabalhadores dentro dos seus sindicatos. O nosso Partido não tem, considerado devidamente esta questão.

Os militantes do Partido nem sempre têm sabido agir com justeza em relação às manobras e ao aparelho repressivo do governo salazarista e do patronato mais reaccionário no terreno sindical.

Ou recuam perante as dificuldades e transigem com a indiferença dos trabalhadores mais atrasados, abandonando ao inimigo a sua cidadela de classe, ou assumem posições sectárias e esquerdistas, isolados das massas, o que os torna alvo da repressão e das perseguições do fascismo e do patronato e fazem perder aos trabalhadores posições conquistadas muitas vezes através da mais árdua luta. Sobre tudo, os militantes do nosso Partido, revelando falta de confiança nos trabalhadores, esquecem que a acção das massas é a única força capaz de paralisar as manobras do patronato e do fascismo e dos seus rafeiros sindicais e de fazer dos sindicatos verdadeiros organismos de defesa da classe operária e dos restantes trabalhadores.

Só o controle e a pressão das massas sobre as direcções e a vida dos sindicatos pode obrigar os dirigentes sindicais a agir em defesa dos trabalhadores e impedir a acção sabotadora e policial dos assistentes e funcionários sindicais para ali destacados pelo governo fascista.

Esta tarefa requer muita paciência, habilidade e conhecimento dos problemas sindicais da sua classe pelos militantes do nosso Partido e também muita tenacidade e persuasão junto de todos os trabalhadores para os mobilizar e atrair à vida e à luta sindical. É preciso fazer do sindicato uma casa dos trabalhadores.

Nas condições do fascismo, a tarefa dos comunistas em relação aos sindicatos é impedir que eles sejam órgãos de defesa do patronato explorador e tornem vivos baluartes de defesa das reivindicações mais tentadas dos trabalhadores.

Como nos ensinou o camarada Lênine, *«há que dispor-se a todos os sacrifícios, empregar em caso de necessidade todos os estratagemas, todas as astúcias, os procedimentos ilegais, silenciar e ocultar por vezes a verdade com o objectivo de penetrar nos sindicatos, permanecer nêles e realizar ali a tarefa comunista, apesar de tudo»*.

O DESPREZO PELO SINDICATO É A FORMA MAIS CORRENTE DO SECTARISMO NA ACTIVIDADE SINDICAL

Alguns êxitos obtidos no terreno da luta sindical entre os quais avultam as vitoriosas jornadas eleitorais nos sindicatos em 1945, 1948, 1951 e 1954, que colocaram à sua frente muitos trabalhadores honrados, e as importantes lutas sindicais dos carteiros, conserveiros, têxteis, portuários, etc., mostram como é possível alargar e consolidar algumas posições conquistadas nos sindicatos e por de pé uma verdadeira actividade sindical de massas.

O nosso Partido não soube ainda tirar todo o proveito político das vitórias alcançadas e sobre elas dar um novo impulso ao movimento sindical.

Para que isso se torne possível, é necessário que sejam urgentemente corrigidos alguns graves desvios que, a continuarem, acabarão por comprometer o melhor dos nossos êxitos no terreno sindical.

O maior desvio que enfraquece actualmente o nosso trabalho sindical é o sectarismo, que nos isola da grande massa dos trabalhadores e rouba a estes a possibilidade de utilizar em defesa das suas reivindicações imediatas a arma mais potente que o fascismo pôs nas suas mãos — o sindicato.

A imensa maioria dos militantes do Partido não compreende ainda a utilização da arma sindical nas lutas da classe operária e uma grande parte deles, não são sequer sócios de sindicatos ou mantêm uma situação sindical irregular.

Voltando as costas aos sindicatos, estes camaradas deixam de lado uma das formas mais simples e amplas de trazer à luta e colocar directamente sob a influência do Partido os sectores mais vastos e atrasados das classes trabalhadoras, que, por esse facto, são susceptíveis de se transformar numa massa passiva e facilmente manobrável pelos rafeiros sindicais do fascismo em momentos decisivos da luta dos trabalhadores. Esta é a forma mais generalizada do sectarismo na actividade sindical dos militantes do Partido.

Embora muito se tenha melhorado neste capítulo, é uma realidade comprovada que a modificação das ideias sectárias que durante muitos anos enfraqueceram o trabalho de massas do Partido dentro dos sindicatos não foi acompanhada duma actuação prática correspondente. A maioria dos militantes e organizações do nosso Partido afirmam a sua concordância teórica com a linha do Partido em relação aos sindicatos mas, na realidade, quase não a discutem, e pouco fazem para a aplicar nos seus sectores de trabalho. Isto mostra que esta forma de sectarismo não foi inteiramente vencida dentro do Partido e que ela trava ainda numa larga medida o desenvolvimento do nosso movimento sindical.

Entretanto, outros desvios sectários afastam as massas da luta sindical e impedem o justo aproveitamento dos sindicatos na solução dos agudos problemas que afligem os trabalhadores.

Um deles aparece na constituição e no trabalho das Comissões Sindicais de classe.

AS COMISSÕES SINDICAIS, ELOS DE LIGAÇÃO ENTRE O SINDICATO E AS MASSAS

A constituição das Comissões Sindicais não tem chegado, na grande maioria dos casos, ao espírito de unidade e à vontade democráticamente expressa pela massa dos trabalhadores, que, por essa razão, permanecem alheios à acção dos seus organismos sindicais. Em vez de despertarem a iniciativa democrática das massas na formação das comissões, levando-as a escolher os trabalhadores mais conscientes e capazes, os nossos camaradas têm praticado métodos «secrets»; na constituição das comissões sindicais que ficam desde logo privadas do amplo apoio das massas, e não correspondem, muitas vezes, às exigências de unidade dos trabalhadores.

A actividade sindical deve desenvolver-se no plano da mais ampla unidade e legalidade e só a larga participação das massas pode dar-lhe esse carácter amplo, indispensável nas condições do fascismo.

Naturalmente estes processos sectários na formação das Comissões Sindicais aparecem depois na prática do seu trabalho. Salvo algumas excepções, as Comissões Sindicais têm actuado sem uma estreita ligação com os trabalhadores, caem muitas vezes no campo legalista e burocrático e não submetem ao controle e à participação das massas toda a sua actividade.

O exemplo recente dos trabalhadores da panificação de Lisboa é bastante elucidativo: Várias categorias de trabalhadores do pão, lesados pelas cláusulas do contrato colectivo negociado nas suas costas entre os rafeiros policiais que dirigem o seu sindicato e os industriais de panificação, deixaram de participar nas concentrações da sua classe quando verificaram que as suas reivindicações eram ignoradas na exposição elaborada pela Comissão Sindical.

As Comissões Sindicais devem ser o elo de ligação entre as massas e o sindicato e, nessa condição, devem fundir-se na massa dos trabalhadores, ser a sua própria expressão, e agir no seu campo de actividade para a solução de todos os problemas da classe que representam.

As Comissões Sindicais devem preocupar-se com todos os problemas que requerem a atenção e a acção do seu sindicato — que são praticamente todos os problemas da classe — e trabalhar para que sejam resolvidos de acordo com o interesse das massas e em estreita ligação com elas.

Problemas como: o aumento de salários; a chamada «campanha da produtividade», de invenção americana, para intensificar a exploração dos trabalhadores; a questão do desemprego; os direitos sindicais dos jovens e das mulheres; as falcaturas e roubalheiras dos dirigentes sindicais vendidos ao patronato e ao fascismo; a eleição de direcções honestas e depois o seu sancionamento; o direito ao trabalho; a protecção nas tarefas perigosas para a segurança e a saúde dos trabalhadores; as arbitrariedades patronais; as convenções de trabalho; o controle e o destino dos fundos do sindicato; as questões de assistência e de previdência social; o trabalho por turnos e as escalas de serviço; a construção de habitações para os trabalhadores; a fusão de sindicatos e a criação de uniões e federações sindicais; a criação de cursos profissionais e para a extinção do analfabetismo; etc., etc., são questões vivas que interessam os trabalhadores, e devem constituir a actividade permanente das Comissões Sindicais e ser a base da sua estreita ligação à classe que representam.

As Assembleias Gerais dos sindicatos, sejam elas convocadas pelas direcções ou impostas pelas massas nas suas concentrações, e a realização de reuniões e discussões amplas nas próprias fábricas, empresas, locais de trabalho são as formas melhores de interessar a massa dos trabalhadores na actividade e na luta sindical e no trabalho das suas Comissões. Quando esta actividade está ligada à acção dos trabalhadores junto do patronato através das suas comissões reivindicativas, ou outras formas que exigem uma maior combatividade, o trabalho sindical pode assumir formas muito importantes e abarcar por vezes indústrias in-

telas e ramos da indústria em escala regional e nacional como já se verificou no passado. Entretanto, apesar desses exemplos brilhantes do nosso movimento sindical, o trabalho das Comissões Sindicais tem-se reduzido em geral a objectivos muito limitados. Na maior parte dos casos as Comissões Sindicais têm-se constituído apenas para prepararem e dirigirem as eleições sindicais, onde, aliás, experiências muito positivas têm sido colhidas, mas, regra geral, deixam em seguida de actuar, até mesmo em casos em que as direcções eleitas pelos trabalhadores não foram sancionadas pelas autoridades fascistas.

Há casos de comissões sindicais que, actuando desligadas das massas, deslizam para o terreno das delícias puramente legalistas e burocráticas junto do INT, ou das próprias direcções dos sindicatos, caindo muitas vezes em acções de carácter exclusivamente jurídico para resolver problemas que afectam a sua classe e interessam largamente os trabalhadores.

Neutros, casos e depois do sancionamento de direcções e atas pela classe, as Comissões sindicais desinteressam-se da actividade sindical, considerando terminada a sua função, que para o futuro, em seu entender, deverá caber apenas à direcção do sindicato. Este é também um grave desvio que já tem conduzido à perda de muitas posições conquistadas pelos trabalhadores nos sindicatos à custa de difíceis lutas.

AS DIRECÇÕES DOS SINDICATOS NÃO PODEM SUBSTITUIR AS COMISSÕES SINDICAIS

Com efeito, em vez de as massas tomarem a iniciativa na solução dos seus problemas no terreno sindical ou reivindicativo, através das suas comissões sindicais ou outras, são as direcções dos sindicatos, eleitas pelos trabalhadores que se lançam por vezes, sem o apoio das massas, em choques abertos com as autoridades fascistas e o patronato, expondo-se à repressão salazarista do INT, que não raro, perante as destituições das suas funções e as substituições por Comissões Administrativas afeitas à classe, que fazem o jogo do patronato e do fascismo. É bastante elucidativo o caso do Sindicato dos trabalhadores de panificação do Porto que tem à sua frente uma Comissão Administrativa composta de indivíduos afeitos à classe.

Ainda noutros casos certos dirigentes sindicais recolhidos pelos trabalhadores, na ausência dum controle e duma vigilância constante da classe e das suas Comissões Sindicais, deixaram-se cair nas malhas da corrupção patronal e do salazarismo, traíndo a sua classe e desiludindo os trabalhadores que os elegeram.

As direcções honestas, quando sob o controle das massas, são uma garantia de que os interesses dos trabalhadores serão honestamente acatados na solução dos problemas em que o sindicato é chamado a intervir, não são, nem podem ser, nas condições do fascismo, organismos capazes de dirigir a luta reivindicativa dos trabalhadores e muito menos sem o seu apoio activo.

Isso não quer dizer que as direcções sindicais honestas não devam tomar iniciativas em benefício da sua classe, mas, em todo o caso, sempre em estreita ligação com ela. As Comissões Sindicais são os organismos indicados, próprios, para manter essa ligação viva entre o sindicato e as massas.

Eis por que as direcções sindicais, mesmo as mais

honestas, não podem nem devem preencher o papel reservado às comissões sindicais de classe.

POR UM FORTE MOVIMENTO SINDICAL DE MASSAS

A situação presente e a experiência sindical adquirida pelos trabalhadores em importantes jornadas de luta tornam possível a criação dum amplo movimento sindical de massas no nosso país.

Para tanto, impõe-se que os militantes e organizações do nosso Partido, em especial as nossas células de empresa, liquidem todo o sectarismo e coloquem no centro da sua actividade o trabalho sindical, discutindo medidas de organização e agitação capazes de mobilizar os trabalhadores no terreno sindical.

Com os olhos postos nas classes trabalhadoras — base da unidade de toda a Nação — os nossos militantes e organizações devem orientar toda a sua acção para as massas laborais, de que os sindicatos são os órgãos mais representativos. É preciso depositar mais confiança nas massas trabalhadoras, conferir-lhes a capacidade, que muitas vezes lhes é negada pelos nossos camaradas, de resolverem com justeza os seus problemas mais agudos e através de acções concretas e amplas junto dos sindicatos. Aqueles camaradas que negam às massas capacidade para levar a cabo vastas acções no campo sindical não compreendem a função principal dos sindicatos, a qual é, precisamente, organizar e mobilizar numa forma simples e acessível a grande massa dos trabalhadores em Partido.

Os trabalhadores e as suas comissões sindicais actuarão sempre que o nosso Partido saiba desenvolver entre eles uma ampla acção de esclarecimento e mobilização na base das suas reivindicações económicas, políticas e culturais mais sentidas.

Só assim tomará corpo um verdadeiro movimento sindical de massas que, seja o espelho da unidade de acção de todos os trabalhadores.

Que as organizações do nosso Partido estudem e discutam os problemas sindicais da sua classe e da sua empresa.

Que se desenvolva um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores na base do seu sindicato e das suas reivindicações imediatas.

Que as Comissões Sindicais sejam organismos vivos e representativos da Unidade dos trabalhadores, democraticamente escolhidos por eles, e que sintam à sua volta o apoio da sua classe.

Que se promova, sempre que a luta sindical se alargue, a coordenação legal das Comissões Sindicais por indústria e ramo de indústria, e que se pressionem as direcções sindicais para acções paralelas de conjunto com todos os sindicatos congéneres.

Que se elejam direcções honestas para os sindicatos e, neste momento, que se promovam acções de massas para exigir o sancionamento das direcções eleitas pelos trabalhadores e até hoje não sancionadas pelo INT.

Que as Comissões Sindicais sejam verdadeiros elos vivos entre os sindicatos e as massas. No momento em que se avizinham grandes lutas populares contra a política de exploração e miséria do salazarismo, a mobilização dos trabalhadores à base dos sindicatos será um importante factor de vitória das suas reivindicações mais sentidas.

O DUELO ANGLO-AMERICANO EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

por RAMIRO

A formação e expansão do imperialismo britânico está estreitamente ligada à Aliança Luso-Britânica, pois foi a Inglaterra a maior herdeira das conquistas dos portugueses da Renascença na Malásia, na Índia, em África: foram os imperialistas ingleses quem começaram as campanhas que os portugueses da Descoberta tiraram do lume.

Embora o «império» português esteja esquelético, Portugal continua a ser a quarta potência colonial do

mundo. Os governantes fascistas aplicam nas colónias os mais bárbaros métodos de discriminação racial e de opressão dos povos coloniais. Por outro lado, utilizam os povos das colónias como importante reserva de trabalho escravo e como carne de canhão ao serviço das potências imperialistas. As colónias portuguesas são também uma importante fonte de matérias primas que es-

tão a ser entregues aos imperialistas americanos e ingleses.

Dentro dos planos estratégicos dos fomentadores de uma nova guerra mundial a posição geográfica de Portugal na Europa, das ilhas dos Açores e de Cabo Verde no Atlântico, das colónias portuguesas em África, na Ásia e na Oceânia são bases que interessam aos novos pretendentes à hegemonia mundial e aos organizadores duma agressão militar contra a União Soviética, China Popular e demais países democráticos e pacíficos.

O facto de estar no poder, em Portugal, um governo fascista de vendilhões das riquezas nacionais e de traficantes do património nacional, que para procurarem no estrangeiro o apoio que lhes falta no País, se mostram dispostos a todos os crimes e vilanias, faz com que os imperialistas americanos e ingleses cortejem descaradamente o governo de Salazar e procurem junto dele obter o maior número possível de concessões económicas, políticas e militares.

Até ao fim da Segunda Guerra Mundial foi o imperialismo inglês (seguido de perto pelos alemães nazis) o principal beneficiário dos favores da camarilha salazarista. Por isso, os ingleses dominam várias empresas monopolistas formadas até essa data e viram renovados os seus monopólios, como sejam, por exemplo, a Carris de Ferro de Lisboa, a Companhia dos Telefones, a Rádio Marconi, o Cabo Submarino, as minas de urânio da Urgeirica, as minas de volfrâmio e estanho da Panasqueira e de Ervedoso, de pirites de cobre de S. Domingos, de arsénio do Pinor, de diatomite em Obidos, etc., etc. São os ingleses que controlam ainda a nossa exportação de vinho do Porto e de bordados da ilha da Madeira, e que, nas colónias portuguesas, dominam muitas das principais empresas capitalistas, como, por exemplo, a Companhia de Moçambique, a Sana Sugar Estates, a Incomali Estates, a Companhia do Medal, a Namagoo Plantations, etc., etc. empresas que possuem centenas de milhar de hectares de plantações, detêm as principais riquezas minerais das Colónias e exploram infamemente o trabalho escravo de centos de milhares de negros, arrancando ao trabalho do povo português e dos povos coloniais centenas e centenas de milhar de contos de lucros todos os anos.

Foram as grandes companhias inglesas da África do Sul e das Rodésias fundadas por Cecil Rhodes que, por intermédio do governo inglês, conseguiram que o governo português lhes entregasse e continuasse a entregar todos os anos 100.000 trabalhadores negros de Moçambique para o trabalho escravo das minas do Rand. E foi para servir os milionários ingleses da companhia British South Africa que a Inglaterra enviou a Portugal o célebre «ultimatum» de 1890, que tanta indignação provocou no povo português. Com as suas ameaças e pressões, os imperialistas ingleses conseguiram que se formasse a Companhia de Moçambique que, com direitos majestáticos sobre a área em litígio, ficou na posse até hoje das riquezas minerais da região do Tete, que a British South Africa cobicava, assim como de muitas outras actividades industriais e comerciais em Moçambique. A Companhia de Moçambique é controlada pela British South Africa C.^o e tem nos últimos anos alargado a sua actividade, graças às generosas concessões do governo salazarista.

Era a Inglaterra quem fornecia as armas e os outros produtos da sua indústria a Portugal e que dominava a política interna e externa salazarista, tendo o estado ao nosso país valiosas concessões o reconhecimento pelo governo inglês do golpe de Estado fascista de 28 de Maio de 1926, que foi negociado em Londres pelo ex-rei D. Manuel de Bragança.

Após o final da segunda guerra mundial, os Estados Unidos aproveitaram a derrota dos alemães, italianos e japoneses e o enfraquecimento da França e da Inglaterra para ocuparem os lugares dos

primeiros e desalojarem os segundos das suas velhas posições no mundo capitalista. Um dos instrumentos da política imperialista dos norte-americanos foi o famigerado Plano Marshall que, sob o rótulo de «ajuda» era, de facto, um instrumento de penetração dos trusts americanos e de escravização da economia dos países marshalizados, como se verificou em Portugal onde o imperialismo norte-americano é hoje o principal detentor das posições de domínio. Como por mais de uma vez foi já salientado no Parlamento da Inglaterra, os Estados Unidos, a título de amigos e protectores da Inglaterra, vão-se apossando uma a uma de todas as suas posições económicas, políticas e militares junto dos povos coloniais e semi-coloniais e de vários países.

A política de abdicação nacional da camarilha salazarista, comprando por altos preços o apoio externo das grandes potências imperialistas, é de molde a aguçar a cobiça dos imperialistas americanos e, por isso, estes começaram a arrancar do governo de Salazar valiosas concessões monopolistas, como sejam, por exemplo, a MABOR (monopólio do fabrico de pneus para automóveis), a SACOR (monopólio da refinação de petróleos), a Companhia Portuguesa de Celulose (monopólio do fabrico de determinados tipos de papel), a Standard Elétrica, etc., etc. Após a guerra, os americanos passaram a dominar o mercado exportador da cortiça, com a MUNDET, a Armstrong, e o monopólio da ISOLA, se assenhoriaram de enormes concessões mineiras de volfrâmio, estanho, manganês e petróleo em Portugal e nas Colónias. O petróleo de Moçambique foi entregue pelo governo de Salazar à empresa norte-americana Gulf Oil, o petróleo de Timor ao trust Superior-Oil, também americano, o manganês de Angola a uma empresa com capitais americanos, as principais concessões de ouro e de outros minérios de Angola pertencem à Companhia das Pesquisas Mineiras de Angola, empresa associada à Companhia dos Diamantes e controlada pelo poderoso banco americano Guaranty Trust C.^o e outras entidades capitalistas norte-americanas mais ou menos ligadas ao Banco Morgan. São os Estados Unidos que hoje controlam a exportação do café de Angola e do sisal de Angola e de Moçambique, fazendo especulações de preços e arruinando assim os exportadores portugueses, para monopolizarem o comércio destes produtos. Ainda recentemente (14-9-1955) os jornais portugueses notificaram que um alto funcionário da embaixada americana em Lisboa tinha estado em Angola a estudar a colocação de capitais americanos nessa colónia, aludindo, numa entrevista aos jornais, às concessões de minas de manganês, à criação de gados, conservas de carne, etc. Para facilitar esta penetração, foram feitos vultuosos empréstimos às colónias portuguesas pelos bancos norte-americanos e brigadas de engenheiros norte-americanos fazem prospecções mineiras em Angola e Moçambique, procurando, sobretudo, o urânio. Ao mesmo tempo, os americanos, por intermédio do Banco Morgan, deitaram mão ao monopólio dos diamantes em Angola (Companhia dos Diamantes de Angola), ao Caminho de Ferro de Benguela (que transporta o urânio do Congo Belga) e à produção de energia eléctrica no nosso país (Companhias Reunidas de Gás e Electricidade), desalojando progressivamente delas os imperialistas ingleses, expulsando-os das suas antigas e rendosas posições e dominando hoje na vida económica, política e militar do País. Para se fazer uma ideia mais precisa da importância das três empresas capitalistas citadas (Comp. Diam. Ang., Caminho de Ferro Beng. e Comp. Reunidas) lembremos que os seus lucros líquidos confessados subiram em 1954 a um total de mais de 353.000 contos, e que o seu activo somava nesse ano perto de 5 000.000 de contos!

Hoje, os oficiais patrióticos portugueses são insultados e comandados por insolentes militares americanos, as armas e mais material de guerra vêm unicamente dos Estados Unidos e os ameri-

canos dominam as bases militares portuguesas das Lages, de Santa Maria, de Espinho, do Montijo, etc. Antigamente eram as esquadras inglesas que manobravam na baía de Lagos e se serviam como coísa sua dos portos do Continente e das Ilhas. Hoje são os insolentes americanos que fazem de Lisboa e de outros portos do País e das Colónias bases militares no seu serviço, sendo rara a semana em que não entrem barcos de guerra americanos no porto de Lisboa, dispondo neste de cais privados.

Uma potente emissora americana funciona na aldeia de Glória (Salvaterra de Magos) e é na embaixada dos Estados Unidos que os ministros de Salazar vão buscar a orientação a seguir pelo governo de que fazem parte. Os embaixadores americanos em Portugal têm sido (como é o caso de Baruch e Guggenheim) grandes capitalistas fortemente interessados em trusts e monopólios americanos actuando em Portugal e nas Colónias portuguesas, em particular pessoas muito ligadas ao poderoso Banco Morgan.

No campo comercial trava-se também uma forte luta entre os exportadores ingleses e americanos para o domínio do comércio com Portugal. As relações comerciais entre Portugal e os Estados Unidos e Inglaterra não estão estabelecidas dentro dos princípios das vantagens recíprocas, antes pelo contrário, pois são os imperialistas americanos e ingleses que nos vendem mais e compram menos, fazendo com que os «deficits» da nossa balança comercial com estes dois países andem à volta de um milhão de contos em cada ano.

Como os imperialistas ingleses não se querem deixar desalojar das importantes posições que ocupam em Portugal, entre ingleses e americanos trava-se um duelo surdo de influências, pressões, negociações e intrigas, em que anda envolvida grande parte da camarilha salazarista, que joga uma na posição americana (os novos senhores) e outra nas velhas posições inglesas que serve e onde tem interesses. É este duelo que explica as «amabilidades» e «visitas» dos governantes ingleses e americanos a Portugal e às embaixadas de Portugal em Washington e em Londres, é isto que explica a visita de Craveiro Lopes à Inglaterra e a visita de Paulo Cunha aos Estados Unidos.

A homenagearem Craveiro Lopes em Londres, lá estiveram os ricos dirigentes da Sociedade de Amizade Anglo-Portuguesa, que são os actuais directores da Companhia dos Telefones, da Carris de Ferro de Lisboa, das minas de S. Domingos, etc., etc., bem assim como os importadores de vinho do Porto, isto é, os tubarões capitalistas que lucram com a manutenção da camarilha salazarista no poder e com a exploração e posse das riquezas nacionais. A assinatura em Londres do acordo sobre as fronteiras de Moçambique e a Niassalândia representa mais uma importante concessão feita pelo governo de Salazar, que, a troco de um hipotético direito sobre a utilização das águas do Lago Niassa, entregou uma faixa de território dum rica região mineira aos imperialistas ingleses da British South Africa C.^o, empresa que já explora uma mina de urânio em Tete e controla as principais actividades industriais de Moçambique através da sua subsidiária, a Companhia de Moçambique. Este foi o preço da viagem de Craveiro Lopes à Inglaterra, do apolo velado da Inglaterra à política portuguesa de provocações na Índia.

A ida de Paulo Cunha aos Estados Unidos está integrada nos planos norte americanos tendentes a transformar o continente africano num poderoso ponto de apoio para operações ofensivas contra os povos da Europa, no caso de uma guerra, num fornecedor de matérias primas baratas e de carne dócil para canhão e para entrar por todas as formas a luta dos povos africanos pela sua independência. Não poderemos desligar a visita de Paulo Cunha aos Estados Unidos dos conciliabulos conduzidos entre o governo fascista português e o governo racial e pró-fascista da África do Sul. Se os planos americanos e sul-africanos forem coroados de êxito, o domínio efectivo, eco-

nómico, político e militar, sobre as colónias portuguesas de Angola e Moçambique ficará a pertencentes de facto aos imperialistas dos Estados Unidos e da África do Sul, tanto mais, que estes últimos não têm escondido nos últimos tempos as suas ambições quanto aos territórios de Angola e Moçambique seus vizinhos.

A ida de Paulo Cunha aos Estados Unidos está ainda integrada nos planos de rapina e provocação de guerra do imperialismo norte-americano na Ásia. Foi por esta razão que Foster Dulles designou Goa como «provincia portuguesa» e apoiou a política salazarista nessa colónia. Efectivamente, Goa serve à maravilha os interesses dos imperialistas americanos para a sua política de provocações, de guerra e de rapina. No território de Goa foi construída uma importante base aérea norte-americana e as minas de ferro de Goa estão a enviar o minério para as fábricas que os imperialistas americanos têm no Japão.

A ida de Paulo Cunha aos Estados Unidos depois da viagem de Craveiro Lopes à Inglaterra é o reflexo das contradições imperialistas entre os Estados Unidos e a Inglaterra que disputam entre si a supremacia e o domínio do nosso País.

Para atingirem a dominação e comandarem a política em Portugal e nas colónias, tanto americanos como ingleses estão interessados na manutenção do poder de uma camarilha de vendilhões isolados do povo, de homens sem dignidade e sem sombra de patriotismo, unicamente interessados em enriquecer com grandes negociações e dispostos a comprar por qualquer preço o apoio das grandes potências imperialistas, para se manterem no poder.

O duelo anglo-americano dentro do nosso país, longe de fortalecer as posições da camarilha salazarista, é antes um factor do seu enfraquecimento, pois divide profundamente esta e abre o caminho a lutas internas, pois quer os ingleses, quer os americanos, estão dispostos a manobrar para não perderem as posições que detêm ou que ambicionam ter no país e nas colónias. Longe de fortalecer o governo de Salazar, a rivalidade crescente anglo-americana é um factor do seu enfraquecimento progressivo e do seu desprestígio perante os povos.

O povo português e a Nação, profundamente prejudicados na sua Soberania e Independência pela política de abdicção e anti-nacional da camarilha governante, mostra cada vez mais abertamente o seu descontentamento e sente cada vez mais duramente na sua própria carne as consequências dessa política criminosa do governo de Salazar. Mais desemprego, mais fome, mais falta de liberdades e maior crise económica, eis o que o povo português tem a esperar da política externa e interna de Salazar. Orientado pelo Partido Comunista Português, que hoje encarna as mais nobres tradições nacionais de amor à independência, de amor pátrio e de combatividade, assim como por todas as outras forças democráticas e patrióticas, o povo português acabará por expulsar do poder os vendilhões da Pátria e por expulsar do País os seus opressores e exploradores estrangeiros. O povo português adquiriu já a maturidade política suficiente para não aceitar para o país a condição de país semi-colonial ou colonial. O amor à independência longe de ter morrido no coração dos portugueses, é cada vez mais aceso; aqueles que pensam o contrário não vêem as realidades, estão profundamente iludidos.

Como tantas vezes o Partido Comunista tem afirmado, só um governo de portugueses honrados e patriotas, que conte com o apoio do povo, poderá restituir Portugal aos portugueses e fazer do nosso país uma nação próspera, livre e independente, respeitada pelos outros povos. Só um governo de portugueses honrados e patriotas poderá facilitar o caminho do bem estar e da felicidade dos povos coloniais e o direito de serem senhores dos seus próprios destinos. Os acontecimentos políticos na América do Sul, na África e na Ásia mostram-nos, com toda a evidência que os povos estão seguindo por este caminho, que é por ele que o povo português tem de enveredar para sobreviver.

MAIS DISCUSSÃO NAS ORGANIZAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO NA POLÍCIA

por SOARES

Uma das tarefas que sempre tem preocupado o nosso Partido tem sido educar os seus militantes no espírito de intransigência e firmeza revolucionárias perante o inimigo. A sua justa orientação, expressa em vários documentos, tem sido levada à prática por numerosas pessoas simples e honradas que, ao caírem nas mãos da polícia, se têm recusado terminantemente a prestar declarações sobre o Partido ou qualquer outro movimento democrático, de Paz, ou progressista.

Aumenta cada vez mais o número de homens e mulheres comunistas dispostos a seguir os belos exemplos dos nossos caudatos camaradas Bento Gonçalves, Milião Ribeiro, José Moreira e Venceslau e tantos outros que deram a vida pelo Partido. Seguem o brilhante exemplo do nosso camarada Alvaro Cunhal que declarou: «Um membro do Partido Comunista Português, força política de vanguarda na luta pela Democracia, a Independência e pela Paz, não tem qualquer declaração a fazer à polícia política, instrumento de repressão violenta exercida contra os trabalhadores, os democratas e patriotas». São dignos de serem falados nomes como os de Francisco Miguel, Manuel Rodrigues, Carlos Costa, Maria Ângelo, Georgelo, Laura Silva, Vasco Cebal, Maria Cecília Alves e tantos outros camaradas e democratas sem partido. Nem os insultos, nem os espiques, nem os longos meses de intransigibilidade e as pesadas condenações, os fizeram entrar no caminho da traição ou desonra. Cresce, assim, o número de mulheres, homens e jovens que, enfrentando corajosamente os bandos da PIDE, levantam bem alto a bandeira da Democracia e da Paz.

No entanto, nem sempre estes brilhantes exemplos têm sido seguidos por certos elementos que, ou por cobardia ou por falta de confiança na vitória das forças da classe operária e da Democracia, ou por falta de discussão acerca da posição que cada militante deve tomar ao cair nas mãos do inimigo, entram, ao serem presos, no caminho da traição e da denúncia de organizações e de camaradas.

É necessário fazer compreender a cada militante, a cada simpatizante, simples democrata ou partidário da Paz, que prestar quaisquer declarações à polícia sobre o Partido ou a sua actividade ou de outros movimentos representativos, uma traição à classe operária, ao povo e às suas próprias ideias de pessoas honradas. É necessário fazer compreender que prestar declarações ao inimigo é facilitar a sua acção repressiva. É necessário esclarecer todos os camaradas e democratas que tenham ideias erradas acerca do inimigo e dos seus métodos de acção. Mas nem sempre tem sido dada a devida atenção a este importante problema.

Nas organizações do Partido que não fazem uma ampla discussão com o objectivo de esclarecer os camaradas militantes e simpatizantes sobre estes problemas. Ainda há camaradas que mantêm a ideia de que nem todos os agentes da polícia «são maus», e alguns estão lá para ganhar o seu pão.

Estas camaradas esquecem-se que a polícia é um bando de assassinos e inimigos do povo e como tal deve ser visto por todas as pessoas honestas. Ela representa-se

com várias máscaras, por vezes amáveis e a mostrarem-se «bondosos» perante os presos, mas o seu fim é sempre o mesmo: obter declarações e esmagar o movimento popular contra o governo.

Por falta de discussão e esclarecimento, um camarada, já antigo no Partido, afirmava que pelo facto de um determinado elemento ter denunciado, outro à polícia, não se podia considerar que «estava a portar-se mal». Como poderíamos esperar uma atitude firme na polícia no caso deste camarada ser preso? Outro caso é o de outro militante, depois de uma discussão, ter afirmado sinceramente ao Partido que não garantia que seria capaz de resistir aos maus tratos sem trair. Ainda outro exemplo de um simpatizante que, ao ser preso, denunciou camaradas que conhecia, mas, depois de ter uma discussão acerca do seu porte e conhecer vários exemplos, ele mostrou-se arrependido, auto-criticou-se e disse que se tal discussão tivesse sido feita antes não teria nunca denunciado. Estes casos mostram-nos bem a grande necessidade de abirmos mais discussão à volta do comportamento que se deve ter frente ao inimigo.

Por outro lado, não se têm divulgado suficientemente os brilhantes exemplos de centenas de homens e mulheres que, apesar de torturados física e moralmente, alguns dos quais até à morte, as suas bocas não se abriram para dar ao inimigo elementos que pudessem favorecer os seus intentos criminosos.

A experiência mostra-nos que, em resultado do trabalho do Partido no sentido de educar os seus militantes num espírito de intransigência e firmeza perante o inimigo, se têm obtido grandes êxitos. A publicação do folheto «Se fores preso, camarada» e os vários artigos de «O MILITANTE» e do «AVANTE» muito ajudaram a esclarecer as dezenas de militantes que se portaram dignamente na polícia e outros que, apesar de nunca lá terem caído, não deixam dúvidas quanto ao seu porte, se algum dia forem presos. Há, portanto, que intensificar em todas as organizações e com todas as pessoas honestas a discussão e o estudo dos materiais do Partido, que tratam da conduta dos comunistas e não comunistas perante os inimigos do nosso povo.

No momento em que o Partido está a fazer todos os esforços no sentido de melhorar as organizações e criar outras, impõe-se ainda mais a necessidade de abirmos uma ampla discussão sobre este problema e ajudarmos todos os camaradas a elevar a sua consciência política, criar-lhes a noção de responsabilidade que cada membro do Partido deve ter. Impõe-se que o folheto «Se fores preso, camarada» e os artigos de «O MILITANTE» e do «AVANTE!» sejam estudados atentamente. Se levarmos a orientação do Partido a todas as organizações e educarmos todos os militantes num espírito de intransigência e firmeza revolucionárias perante o inimigo, defenderemos as nossas organizações e os nossos camaradas da repressão fascista e fortaleceremos ainda mais a confiança das massas no Partido e nos seus militantes.

A AUTO-CRÍTICA E A CRÍTICA PELA BASE, PODEROSO MEIO PARA MELHORAR O TRABALHO DO PARTIDO

De: «Por uma Paz Durável, Por uma Democracia Popular» de 13 de Agosto de 1954.

A crítica é a auto-crítica, e a lei do desenvolvimento das Partidas Comunistas e Operárias, um poderoso mecanismo para o seu contínuo fortalecimento. O exercício da crítica e da auto-crítica, em toda a sua amplitude permitiu educar, de modo adequado, os quadros do Partido, todos os comunistas, a classe operária e as massas populares. Assim o ensina o leninismo. Assim o ensina a experiência do Partido Comunista da União Soviética. Os Partidos Comunistas e Operários dos países de

democracia popular, tomando como guia a experiência do P.C.U.S., consideram como uma das suas mais importantes tarefas desenvolver por todos os meios a crítica e a auto-crítica, em particular a crítica pela base, por parte dos membros da base do Partido, por parte das pessoas simples. Esta tarefa está plenamente de acordo com o carácter do regime democrático popular, com a própria natureza dos Partidos Comunistas e Operários.

A participação activa dos trabalhadores na luta contra os defeitos no trabalho e contra casos negativos é uma brilhante prova do carácter democrático do regime de democracia popular, uma viva expressão da iniciativa criadora de milhões de trabalhadores da cidade e do campo.

No período da construção do socialismo surgem muitas tarefas difíceis e de responsabilidade. Um dos maiores méritos da crítica pela base consiste em que permite advertir a tempo as deficiências, prever as dificuldades, aproveitar a enorme experiência e a sabedoria de milhões de pessoas para resolver com êxito as tarefas da edificação socialista. Quanto maior é a amplitude com que se desenvolve a auto-crítica e a crítica pela base e quanto mais activamente as massas se integram na luta contra os defeitos, com tanto maior plenitude se revelam as forças e as energias criadoras dos trabalhadores e tanto melhor marcham as coisas em todos os sectores da construção socialista.

Desenvolvendo ao máximo a crítica e a auto-crítica, o Partido Comunista da China impulsiona cada vez mais a actividade criadora dos comunistas e de todos os trabalhadores, orienta os seus esforços para realizar com êxito a industrialização socialista do país e as transformações socialistas na agricultura e reforça a unidade monolítica das suas fileiras.

Os Congressos ordinários dos Partidos Comunistas e Operários da Bulgária, Polónia, Hungria e Checoslováquia e do Partido Socialista Unificado da Alemanha, celebrados este ano, destacaram com força especial a importância da crítica e da auto-crítica para continuar melhorando o trabalho do Partido e para conseguir novos progressos no desenvolvimento económico e cultural. Nos Congressos foram introduzidas emendas e aditamentos nos Estatutos dos Partidos como o fim de desenvolver ainda em maior escala a democracia interna do Partido e a actividade dos comunistas na vida política e na produção. Nos Estatutos dos Partidos Comunistas e Operários da Bulgária, Polónia, Hungria e Checoslováquia e no Projecto dos Estatutos modificados do Partido Operário Romeno, as inala-se que um dos mais importantes deveres do militante é desenvolver a auto-crítica e a crítica pela base, revelar as deficiências no trabalho e conseguir a sua eliminação, lutar contra a tendência de ver tudo cor de rosa e de embriagar-se com os êxitos no trabalho.

Sob a direcção dos Partidos Comunistas e Operários, os trabalhadores dos países de democracia popular conseguiram enormes êxitos. Mas os êxitos têm também os seus lados negativos. Nos que não têm a suficiente maturidade política, os grandes êxitos provocam a negligência, a indolência, a presunção, o engrehecimento, e vaidade. E estes fenómenos são muito perigosos. Não se pode esquecer nunca que a edificação da nova sociedade transcorre no meio duma encarnizada luta de classes, na luta entre o velho, que perece, e o novo, que nasce. Para avançar com êxito, é preciso desenvolver a crítica e a auto-crítica.

Mas, como se destaca nos documentos do XIX.º Congresso do P.C.U.S., seria errado pensar que a auto-crítica e a crítica pela base se desenvolvem por si mesmas, de modo espontâneo. Para que a auto-crítica e a crítica pela base se desenvolvam e adquiram maior amplitude é necessário criar as condições adequadas. É preciso, primeiro que tudo, que a vida interna do Partido seja intensa e que as reuniões plenárias e conferências de todas as organizações se celebrem regularmente e se convertam, realmente, numa tribuna onde se faça uma crítica audaz e aguda dos defeitos. As organizações e os dirigentes do Partido devem dar o exemplo, manifestando uma atitude honesta e escrupulosa para com a crítica e preocupar-se com o seu desenvolvimento.

Trabalhar para desenvolver a crítica pela base significa criar as condições necessárias para que todos os trabalhadores honrados possam criticar com audácia e sem temor os defeitos que existem no trabalho desta ou daquela organização e instituição e criar um ambiente em que cada pessoa que faça uma crítica esteja segura de que encontrará o apoio dos organismos do Partido e do Estado e que as deficiências assinaladas por ela serão eliminadas.

A imprensa é um importante meio para impulsionar a crítica e a auto-crítica. Os jornais e as revistas dos Partidos Comunistas e Operários têm desempenhado um grande papel na organização das discussões que precederam os Congressos e lutam tenazmente para que se cumpram as resoluções dos mesmos. No entanto, deve assinalar-se que certos jornais e revistas dão frequentemente mostras de superficialidade, limitam-se a fazer algumas observações de carácter crítico e ainda lutam pouco para conseguir que sejam eficazes os materiais que publicam.

Uma das formas mais activas e eficazes de crítica pela base são as cartas dos trabalhadores aos organismos do Partido e do Estado. O exame atento e imediato destas cartas, a reacção imediata ante cada toque de alerta, e a prontidão na adopção de medidas sobre as queixas justas, fortalecem os vínculos dos organismos do Partido e do Estado com as massas e aumentam a sua autoridade.

A intransigência em relação aos defeitos é uma das magníficas qualidades do comunista. Cada comunista tem o dever, a importantíssima obrigação, como membro do Partido, de lutar energeticamente contra as deficiências e os casos negativos do trabalho das organizações do Partido, do Estado, da economia, etc.. Apesar disso, como mais de uma vez destacou a imprensa dos países de democracia popular, em diversas organizações do Partido a crítica e a auto-crítica ainda está debilmente desenvolvida e às vezes perseguem-se e acusam-se aqueles que criticam. Não é preciso demonstrar que isto causa grande prejuízo ao trabalho dos Partidos Comunistas e Operários, mata a liberdade de acção das organizações do Partido e afoga a iniciativa dos militantes. Procedem acertadamente as organizações do Partido que conduzem uma luta sem quarter contra aqueles que esmagam a crítica.

A inapreciável importância da crítica e da auto-crítica consiste em que dá um poderoso impulso ao avanço dos Partidos Comunistas e Operários, reforça e contribui para abrir caminho amplo à energia criadora dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a crítica fortalece os Estados democráticos populares, agudiza a vigilância e torna-lhes mais fácil aprender a dirigir o Estado.

A crítica e a auto-crítica desempenham um enorme papel na vida dos Partidos Comunistas e Operários dos países capitalistas, coloniais e dependentes. As tarefas complexas e de responsabilidade que estes Partidos têm à sua frente na luta pela Paz, pela Independência Nacional dos seus países e pelos interesses vitais do povo exigem imperiosamente desenvolver ao máximo a crítica e a auto-crítica e eliminar com decisão os defeitos do trabalho político e de organização do Partido. Isto é tanto mais necessário porquanto — como se assinalou nos Congressos dos Partidos Comunistas da França, Grã-Bretanha, Índia, Áustria e Indonésia — numa série de organizações está debilmente desenvolvida a crítica e a auto-crítica na luta contra os defeitos e erros, como o sectarismo, desvio da linha do Partido, despreocupação e miopia políticas, desprezo pelas células nos locais de trabalho e o esquecimento do trabalho nas grandes empresas. Os Partidos Comunistas e Operários adoptam medidas para desenvolver uma crítica e auto-crítica audaz em todas as organizações do Partido.

O Congresso ordinário do Partido Comunista Francês decorreu sob o signo de uma aguda crítica e auto-crítica. A auto-crítica audaz e franca feita no informe do balanço do C.C. do P.C.F. contribuiu sem dúvida para intensificar a actividade dos comunistas e para fortalecer ainda mais o Partido.

Efectuou-se uma ampla discussão durante os preparativos e celebração das conferências provinciais do Partido Comunista Italiano. Nas Assembleias e conferências intervieram cerca de 400.000 comunistas. Com a sua crítica, os comunistas italianos ajudaram a melhorar o trabalho das organizações locais e a torná-lo mais eficaz e concreto. O Pleno do C.C. do Partido Comunista Italiano, celebrado em Julho, decidiu efectuar no período preparatório da Conferência Nacional do Partido uma nova discussão destinada a elevar ainda mais a combatividade do Partido e a sua influência entre as amplas massas populares.

Nos nossos dias cresceram como nunca a influência e o prestígio dos Partidos Comunistas e Operários entre as mais vastas massas populares. Os comunistas são a força dirigente, reconhecida por todos, na luta dos povos pela paz, pela democracia, por um futuro feliz. Os Partidos Comunistas e Operários cumprirão as suas

grandes e honrosas tarefas com tanto maior êxito quanto maior for a sua preocupação pela tempera marxista-leninista dos seus membros, pelo fortalecimento da democracia interna do Partido e pelo desenvolvimento da auto-crítica e da crítica pela base.

ALGUNS ESCLARECIMENTOS SOBRE A EXPULSÃO DE JOÃO RODRIGUES

Chegou ao conhecimento da Direcção do Partido que há quem afirme que João Rodrigues foi expulso por ter discordado da orientação política do Partido sobre a Unidade com as outras forças democráticas, mas que afinal as suas ideias são iguais às que agora a VI.^a Reunião Ampliada do Comité Central perfilhou.

Esta manobra, que parte da inimigos do Partido, tem o objectivo de provocar a confusão sobre os motivos da expulsão de João Rodrigues. Ela é tendente, por um lado, a pôr em dúvida a justiça desta expulsão e, por outro lado, a esbater as culpas e responsabilidades de João Rodrigues e a criar a ideia de que o diabo não é tão feio como o pintam.

Se é certo que a manobra parte de indivíduos desqualificados e pescadores de águas turvas, também é certo que alguns camaradas e pessoas sem partido bem intencionadas podem, por falta de esclarecimentos, fazer-se eco desta delapuração intencional dos factos. Por este motivo, e só por este, é necessário esclarecer novamente a questão.

RAZÕES QUE LEVARAM À EXPULSÃO DE JOÃO RODRIGUES

A primeira questão a esclarecer é que João Rodrigues não foi expulso por ter manifestado desacordos com a linha política do Partido em relação à Unidade. As suas ideias políticas, apesar de não serem justas, não poderiam ser motivo de expulsão. No Partido é desejável e necessário o debate de ideias. Todos os seus membros, do topo à base, têm o direito de expor livremente as suas ideias, erradas ou não, e de as defender até ser tomada uma resolução pela maioria. Uma vez tomada essa resolução, todos os camaradas, mesmo os da minoria discordante, acatam e levam à prática a resolução tomada. Estes são os princípios leninistas do centralismo democrático, da crítica e autocrítica e da disciplina por que se regem todos os Partidos Comunistas, princípios que asseguram a Unidade Interna do Partido e o tornam forte e coerente.

João Rodrigues foi expulso por um conjunto de factos já expostos pelo camarada Melo no informe que em nome do Secretariado apresentou a uma reunião de Direcção. Salientamos, no entanto, os factos mais importantes que levaram à expulsão de João Rodrigues: ludibriar o Partido, organizando às suas escondidas uma fracção onde se atacava a linha política do Partido e o seu Programa, sem contudo levantar essas questões nas reuniões do Partido; minar a confiança na capacidade política e ideológica da Direcção do Partido; semear a desconfiança dentro do Partido, admitindo, veladamente e sem quaisquer provas, a existência de agentes provocadores no organismo a que pertence; infringir a disciplina do Partido não cumprindo as tarefas que lhe eram designadas; não cumprir as resoluções do Partido em matéria conspirativa e de organização; dar entrada no Partido a um perigoso agente provocador conhecido e desmascarado; dirigir frequentes ataques pessoais a camaradas de quem se dizia vítima e, finalmente, porque, no dia em que viu descoberta a fracção que organizara, desertou, a pretexto de que era vítima de perseguições pessoais, fugindo a responder à Direcção do Partido pelos seus actos de desagregador.

Fica assim claro que João Rodrigues não foi expulso por divergências sobre a linha política do Partido, mas por realizar um trabalho de sepe contra o Partido, por

tentar quebrar a sua Unidade interna, por ser um desagregador, por ter ideias de chefia e de superioridade em relação ao resto do Partido e por ter tentado desenvolver uma luta sem princípios, baseada no ataque pessoal a outros camaradas.

Uma carta enviada ao Comité Central por João Rodrigues depois da sua deserção confirma a justiça da resolução tomada a seu respeito. Nessa carta, não se colocam questões de linha política do Partido, mas ataques pessoais a camaradas do Partido.

A Direcção do Partido juntou todos os factos apontados e, verificando que João Rodrigues era um elemento incorrigível e que toda a ajuda que lhe foi prestada durante dois anos como funcionário do Partido de nada lhe serviu, expulsou-o do Partido.

AS DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS DE JOÃO RODRIGUES

É certo que João Rodrigues manifestou discordâncias políticas com o Partido sobre problemas de Unidade. Embora nas reuniões do Comité Central a que assistiu João Rodrigues não manifestasse desacordos com a linha política do Partido, sempre que no seu organismo de sector se discutiam problemas de Unidade, afirmava «ter receio de que a política do Partido afastasse certa gente das classes médias», «que o M.N.D. devia desaparecer para dar lugar a um movimento mais largo» e que a sua «preocupação» era «quanto àquelas pessoas das classes médias que não compreendem a Unidade sendo através de individualidades». João Rodrigues criticou também e afirmação do camarada Alvaro Cunhal feita perante o Tribunal fascista: «É que o imperialismo não pode viver sem a guerra. É que a Paz é mortal para o imperialismo. Mas o verdadeiramente desesperante para os imperialistas é que se a paz lhes é mortal, a guerra, caso a consigam desencadear, sê-lo-á igualmente».

João Rodrigues dizia recear que estas palavras pudessem assustar a burguesia e atirá-la para o campo dos imperialistas e fomentadores de guerra.

Estas afirmações explicam perfeitamente as suas ideias políticas. João Rodrigues, no fundo, desejava que a iniciativa e direcção da luta contra o fascismo passasse para as classes médias e individualidades, que o Partido e a classe operária escondessem a sua acção, se transformassem num apêndice da burguesia e andassem a reboque dela.

É evidente que João Rodrigues se esforçava por tentar introduzir no Partido, e de maneira refinada, as ideias oportunistas que já em tempos tinha defendido e pelas quais fez uma falsa auto-crítica.

Como se vê, as ideias de João Rodrigues são completamente opostas à linha do Partido e nada têm que ver com a rectificação dos nossos erros sectários que o camarada Amílcar expôs no informe (já publicado) à VI.^a Reunião Ampliada do Comité Central e que esta aprovou.

Fica assim claro que:

1.^o — João Rodrigues foi expulso do Partido por trabalho fraccional, por desagregador e desertor, e não por ter defendido quaisquer ideias ou princípios, justos ou não.

2.^o — As ideias por ele defendidas eram e são falsas, anti-leninistas, sem princípios e nada têm que ver com a linha do Partido.